



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

ACTA Nº. 14/01

### **DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE SEIS DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E UM**

*Aos seis dias do mês de Junho do ano dois mil e um, nesta cidade de Montijo, nos Paços do Município, compareceram para a reunião ordinária, os membros desta Câmara Municipal, os Excelentíssimos Senhores:*

**PRESIDENTE: MARIA AMÉLIA MACEDO ANTUNES**

**VEREADORES: FERNANDO CARLOS GAMITO GODINHO CARDITA  
HONORINA MARIA PEREIRA SILVESTRE  
MIGUEL JOSÉ TAVARES CARDOSO  
NUNO MIGUEL CARAMUJO RIBEIRO CANTA**

*Faltaram por motivo justificado os Senhores Vereadores João Manuel Monteiro Serrão Henriques e José Henrique Serra da Graça.*

*Às vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos com a presença da Assistente Administrativa Principal do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria José Correia dos Santos Marques, a Senhora Presidente assumiu a Presidência e ocuparam os seus lugares os respectivos membros presentes.*

*Em seguida procedeu-se à apreciação e deliberação dos assuntos referentes ao período de*

### **ANTES DA ORDEM DO DIA**

*O Senhor Vereador Miguel Cardoso apresentou uma informação cujo teor a seguir se transcreve: 1 – Conselho Municipal de Desporto – Realizou-se no passado dia 31 de Maio mais uma reunião do Conselho Municipal de Desporto com a seguinte Ordem de Trabalhos: 1- Informações; 2 – Balanço das Épocas Desportiva e Escolar; 3 – Projectos Municipais de Âmbito Des-*



portivo ; 4 – Outros assuntos de interesse para o Movimento Associativo e Desporto Escolar. Compareceram as seguintes entidades: Junta de Freguesia do Afonsoeiro; Grupo Desportivo da Casa do Povo de Canha; Soc. Recreativa de Foros do Trapo; A.M.U.T.; Centro Social S. Pedro; Ateneu; Bons Amigos; Clube de Ténis de Montijo. **2 – Biblioteca – Inauguração do Pólo do Afonsoeiro** - No próximo Domingo dia 10 de Junho pelas 16 h realizar-se-à a cerimónia de inauguração do novo Polo da Biblioteca - sito no mesmo Edifício onde está instalada a Junta de Freguesia do Afonsoeiro – o qual estamos certos proporcionará um melhor serviço cultural à população da referida freguesia. **3 - Festa de Encerramento do Projecto “Saltitar”** – No próximo dia 13 de Junho, pelas 10 h decorrerá no nosso Parque Municipal a Festa de Encerramento do Projecto Saltitar, projecto da nossa Divisão de Desporto para o Ensino Básico e que contará com a presença de mais de 1.000 alunos. **4 – Exposições de Pintura - 4.1 - Museu Municipal** – De 22 de Junho a 25 de Julho decorrerá uma exposição de pintura das pintoras Maria Felisbela Salgado e Maria Aurélia Marcelino, sob o tema “Vogando nas mesmas águas”. **4.2 – Galeria Municipal** – De 23 de Junho a 25 de Agosto decorrerá uma exposição de pintura do consagrado pintor Mário Botas”. **Os Eleitos do Partido Socialista apresentaram um Voto de Saudação** cujo teor a seguir se transcreve: “A equipa feminina do Ginásio Clube do Montijo – composta pelas atletas Ana Pialgata, Carmen Ferreira, Carla Sequeira e Fátima Rio – conquistou pela 5ª vez o título de Campeã Nacional de Mini-Trampolim. Também a nível individual a sua atleta Ana Pialgata sagrou-se pela segunda vez campeã nacional. São mais vitórias de atletas montijenses, que dignificam o nome da sua terra e que demonstram claramente que o Montijo é uma terra de grande potencial em termos desportivos. Às atletas e ao seu técnico Sesinando Pereira a Câmara Municipal de Montijo saúda e felicita, expressando os melhores votos para que continuem o seu trabalho na senda de novas vitórias”.-----

**A Senhora Vereadora Honorina Luiz**i ao abrigo do disposto nos artºs. 65º. nº. 3 e 69º., nº. 3 do Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e bem assim do Despacho de 7 de Janeiro de 1998 emanado pela Senhora Presidente da Câmara informou o Executivo Municipal dos **despachos** que proferiu ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas relativamente ao pelouro que lhe foi atribuído, no período de 23/05/2001 a 06/06/2001: **1 – Projectos de Especialidades: 22; 2 – Projectos de Arquitectura: 78; 3 – Licenças de Utilização: 10; 4 – Alterações: 26; 5 – Propriedade Horizontal :4; 6 – Reanálise: 17.**-----

**O Senhor Vereador Nuno Ribeiro Canta** informou a Câmara Municipal dos despachos por si proferidos ao abrigo das competências que lhe foram dele-



gadas ou subdelegadas, nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos artºs. 65º, nº. 3 e 69º, nº. 3 da Lei das Autarquias Locais, cuja relação se encontra no maço de documentos respeitante a esta reunião.-----

A **Senhora Presidente** apresentou os seguintes documentos cujo teor a seguir se transcreve: - **MINUTAS DOS CONTRATOS E RESPECTIVAS DESPESAS APROVADAS POR DESPACHO** - A Senhora Presidente levou ao conhecimento da Câmara Municipal que em execução da deliberação camarária de 27.10.99 titulada pela Proposta nº. 1839/99 bem como do artigo 116º. do D.L. nº. 59/99, de 2 de Março, aprovou por despacho as minutas dos contratos cuja relação se encontra no maço dos documentos respeitantes a esta reunião bem como a respectiva despesa deles emergente. **PROJECTO APOIO IMIGRANTES DO MONTIJO - RELATÓRIO INTERCALAR** (OUTUBRO DE 2000/MAI DE 2001) - **RELATÓRIO INTERCALAR - A) - Introdução** - O imperativo constitucional (artigo 1.º da constituição da República Portuguesa) da busca de uma "sociedade livre, justa e solidária" responsabiliza o Estado, Autarquias Locais e a Sociedade Civil a encontrar os meios mais eficazes a fim de que tal comando constitucional não seja entendido enquanto letra morta, também no que respeita ao fenómeno da imigração. Daí que seja pelo envolvimento de todos os agentes sociais na regulação social de tal fenómeno, que se poderá almejar uma sã e plena integração desses cidadãos imigrantes na sociedade Portuguesa em geral e, em particular, no concelho do Montijo. Neste quadro, dada a atribuição que é cometida por Lei às autarquias Locais no que respeita à acção social (artigo 23.º n.º 3 da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro), bem como a proximidade e relação de confiança que se estabelece, por via de regra, entre as Autarquias e as respectivas comunidades locais, foi considerado superiormente importante envolver o Município do Montijo na regulação social da imigração, na esteira de um princípio de envolvimento de toda a Sociedade e de diversos sectores da Administração Pública, incluindo a Administração Autárquica, numa óptica de complementaridade. **B) - Filosofia do projecto** - Por Despacho da Senhora Presidente da Câmara de 10 de Outubro de 2000, foi instituído um gabinete ad-hoc de apoio jurídico e encaminhamento dos imigrantes do concelho, devidamente publicitado junto da comunicação social e das associações empresariais mais representativas do concelho. Do Despacho supra resulta uma filosofia complementar de actuação relativamente aos entes públicos com competência em matéria de legalização de cidadãos estrangeiros em Portugal. Com efeito, não assistem às Autarquias competências no que respeita ao regime jurídico que estabelece as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional, isto é, e mais circunscritamente dito, no que respeita aos processo de regularização do fenómeno da imigração ilegal. Porém, mesmo assim, foi entendido superiormente que haveria lugar à criação



de um serviço camarário de consulta jurídica grátis aos imigrantes em situação irregular, a fim de se inteirarem dos seus direitos enquanto cidadãos estrangeiros residentes em Portugal e enquanto trabalhadores. Na verdade, a filosofia que subjaz à criação do dito gabinete traduz a ideia de aconselhamento jurídico e encaminhamento para as autoridades públicas competentes dos imigrantes em situação ilegal no Concelho, complementando, por esta forma, a acção de outras entidades públicas com especiais competências nesta matéria, como sendo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) do Ministério da Administração Interna, a Inspeção Geral de trabalho (IGT) ou o Alto Comissariado para a Imigração e minorias étnicas (ACIME). C) – **Actividade desenvolvida** - No tocante à actividade desenvolvida pelo gabinete, importa desde já, enquadrar essa actividade no que respeita à filosofia do atendimento, à sua periodicidade, ao número de atendimentos efectuados, a um traço sociológico das pessoas que beneficiaram deste serviço da Autarquia, e finalmente às questões mais recorrentemente colocadas. Quanto ao primeiro ponto, cumpre referir que dada a situação de precariedade que representa a situação de imigração ilegal, optou-se por um atendimento baseado no anonimato, em virtude de um natural clima de receio ou medo, visando-se com isso também granjear o maior número possível de pessoas em efectiva situação de ilegalidade. Com efeito, todas as terças e quintas feiras, com marcação prévia, disponibilizou-se um jurista para o atendimento gratuito aos imigrantes, sendo que até à data foram atendidos cerca de 50 pessoas, maioritariamente do sexo masculino, trabalhadores da construção civil, na faixa etária dos 20 aos 35 anos, oriundos dos ex-países do bloco de Leste, principalmente da Federação Russa, da Ucrânia, da Moldávia, da Letónia, ao que cumpre acrescentar que subsistiu um único atendimento de uma imigrante oriunda dos PALOP. Quanto aos problemas mais recorrentemente colocados, importa distinguir dos cenários: um primeiro anterior à vigência da nova redacção conferida ao D.L. n.º 244/98, de 8 de Agosto (Regime regulador das condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território português) por força do D.L. n.º 4/2001, de 10 de Janeiro e um segundo após a vigência da dita alteração legislativa. Efectivamente à luz do regime pretérito, a situação da imigração ilegal, isto é, daqueles cidadãos estrangeiros que logravam entrar em território português com um mero “visto de turismo” (nos dizeres da Lei – art.º 33.º do D.L. n.º 244/98, de 8 de Agosto - visto de curta duração, portanto, com uma duração temporal limitada pelos serviços consulares emitentes a, por via de regra, três meses) era pura e simplesmente insolúvel atendendo o quadro legal existente. Porém, com o advento das alterações introduzidas por força do D.L. n.º 4/2001, de 10 de Janeiro, o Legislador criou um instituto a fim de sanar a situação de



AV

facto subsistente, isto é, a existência de imigrantes ilegais a trabalhar clandestinamente no país, justamente a autorização de permanência expressa no artigo 55.º do D.L. n.º 244/98, de 8 Agosto com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 4/2001, de 10 de Janeiro. Com efeito, as questões mais frequentes abordadas pelo Jurista prenderam-se com a explanação do novo regime legal, sua natureza, requisitos e quais os entes públicos com competências ao nível do respectivo procedimento administrativo. Para esse efeito, e com a colaboração da delegação do Barreiro do Instituto para o desenvolvimento e inspecção das condições de trabalho (IDICT), foi elaborado uma síntese esquemática dos diversos momentos procedimentais e as entidades públicas competentes ao nível do dito procedimento e uma breve compilação de informação dirigida às entidades patronais – anexo 1 e 2 ao presente relatório. Também ao nível do Direito do Trabalho, foi o Jurista confrontado com questões respeitantes ao incumprimento por parte de entidades patronais relativamente a créditos laborais legitimamente reclamados pelos trabalhadores imigrantes, os quais forma devidamente encaminhados para o Ministério Público para os devidos efeitos. Em síntese, os objectivos superiormente determinados de apoio jurídico e encaminhamento dos imigrantes ilegais do concelho no domínio da vigência de um novo quadro legal foram plenamente alcançados, verificando-se um decréscimo da procura do serviço instituído a partir de Março do corrente ano, o que poderá indiciar um manifesto sucesso no processo de legalização encetado pelo SEF (serviços de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna) quer na sua vertente quantitativa quer na sua vertente qualitativa (portanto, no que toca à simplicidade e celeridade dos procedimentos de legalização). **D) Notas finais** – Nesta sede, cumpre deixar duas notas breves: uma primeira em relação ao Gabinete de acção social desta Autarquia pelo apoio logístico e administrativo prestado e uma segunda relativamente ao facto da integração da comunidade imigrante no concelho constituir uma realidade transversal que passará pelos diversos serviços da autarquia, cumprindo realçar a iniciativa conjunta do Gabinete de Acção Social da Autarquia e da Junta de Freguesia do Montijo, de ministrar aulas de português para os cidadãos imigrantes a custo zero, dada a disponibilidade de trabalho gratuito do respectivo docente, o que nos parece de enaltecer. Citando José Leitão (Alto Comissário para a Imigração e minoria Étnicas), “ a sociedade de acolhimento tem de ser mais e melhor acolhedora, não pode ser ela a formar guetos, ou ainda separando artificialmente os imigrantes ou a discriminá-los, seja de ponto de vista de áreas de residência ou da privação do exercício de direitos como pessoas, trabalhadores e cidadãos” (in Boletim Informativo do ACIME n.º 45, Julho de 2000, pág. 1). **E) Conclusões - I -** Por Despacho da Senhora Presidente da



*Câmara de 10 de Outubro de 2000, foi instituído um gabinete ad-hoc de apoio jurídico e encaminhamento dos imigrantes do concelho, devidamente publicitado junto da comunicação social e das associações empresariais mais representativas do concelho. II - Do Despacho supra resulta uma filosofia complementar de actuação relativamente aos entes públicos com competência em matéria de legalização de cidadãos estrangeiros em Portugal. III - O serviço camarário disponibilizado aos imigrantes do concelho caracteriza-se pela consulta jurídica grátis aos imigrantes em situação irregular e por acudir a demais questões jurídicas por estes suscitadas, envolvendo cerca de 50 imigrantes. IV - As questões tratadas prenderam-se sobretudo com os processos de legalização, tendo em conta a mudança do regime legal e, bem assim, situações de não pagamento de crédito laborais aos imigrantes por parte das respectivas entidades patronais".-----*

*Em seguida procedeu-se à apreciação e deliberação dos assuntos referentes ao período de*

## **ORDEM DO DIA**

### **I – ORGÃOS AUTÁRQUICOS**

***1 – PROPOSTA Nº 3768/01 – APROVAÇÃO DA ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MONTIJO À ADREPES – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, DESTINADA À PROMOÇÃO E À REALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL REFERENTE AO PROGRAMA LEADER +*** – No passado dia 20 de Março teve lugar em Setúbal a primeira reunião no âmbito da preparação de uma eventual candidatura da Península de Setúbal a apresentar ao **Programa LEADER +**, onde se concluiu pela necessidade de criação de uma **Associação de Desenvolvimento Local** direccionada para a gestão deste programa cujos fundos são geridos a nível local. Tendo sido unânime entre os presentes que a Península de Setúbal não poderia desperdiçar a oportunidade de se candidatar ao Programa LEADER + e deste modo contribuir para o desenvolvimento e preservação do mundo rural, veio a ser aprovada no dia 10 de Abril último a minuta dos Estatutos para a criação da **Associação de Desenvolvimento Rural**. Assim considerando: A abrangência regional deste projecto. A importância que o Programa LEADER + reveste para o desenvolvimento rural da península. A necessidade de criação de uma **Associação de Desenvolvimento Rural** direccionada para a gestão deste programa cujos fundos são geridos a nível local. Compete aos órgãos municipais no domínio do apoio ao desenvolvimento local criar ou participar em empresas municipais e intermunicipais, sociedades de desenvolvimento regional (Cfr. artigo 28º., nº. 1 alínea a) da Lei nº. 159/99, de 14 de Setembro). Com-



pete aos órgãos municipais no domínio do apoio ao desenvolvimento local criar ou participar em associações de desenvolvimento rural (Cfr. artigo 28º, nº. 1 alínea i) da Lei nº. 159/99, de 14 de Setembro). Compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento local criar ou participar em associações de desenvolvimento regional e de desenvolvimento do meio rural (Cfr. artigo 64º, nº. 2 alínea j) da Lei nº. 169/99, de 18.09). **Propõe-se:** 1 Que este Executivo Municipal delibere aprovar a adesão ao Município de Montijo à ADREPES – Associação de Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal, pessoa colectiva de direito privado, destinada à promoção e à realização do desenvolvimento rural, podendo para tal constituir-se como entidade gestora do Programa LEADER + . Para o efeito junta Projecto de Estatutos da aludida associação, bem como documento emitido pela Direcção Geral de Desenvolvimento Rural relativo ao Programa LEADER + que aqui se dão por integralmente reproduzidos. 2 – Que a presente deliberação seja submetida à apreciação da Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos do artigo 53º, nº. 2 alínea m) da Lei nº. 169/99, de 18.09. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

2 – PROPOSTA Nº. 3817/01 – HOMOLOGAÇÃO DAS CONCLUSÕES DO RELATÓRIO, INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR AO FUNCIONÁRIO PAULO MIGUEL BRAVO RIBEIRO E NOMEAÇÃO DO TÉCNICO-SUPERIOR DE 2ª CLASSE (JURISTA) CARLOS SARMENTO INSTRUTOR DO PROCESSO DISCIPLINAR – Esta proposta foi retirada.-----

A Senhora Presidente apresentou uma declaração cujo teor a seguir se transcreve: A presente reunião tem agendadas propostas que devem ser discutidas e votadas com a intervenção dos representantes de todos os grupos políticos com assento nesta Câmara, tais propostas são designadamente: A proposta nº. 3817/01 – Instauração de Processo Disciplinar a um funcionário; A proposta nº. 3818/01 – Fixação da Taxa de Contribuição Autárquica para os prédios urbanos; A proposta nº. 3819/01 – Aprovação do Lançamento da Derrama. Ora a matéria constante de tais propostas tem um alcance eminentemente político quer do ponto de vista da Gestão dos Recursos Humanos quer das Receitas Municipais. Entendemos por isso que a ausência dos representantes da CDU por motivos justificados não permite que esta força política se pronuncie sobre matéria tão importante, pelo que retiramos as propostas supra identificadas, sendo as mesmas agendadas para a próxima reunião.”-----

3 – PROPOSTA Nº. 3864/01 – APOIAR A ASSOCIAÇÃO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO DO MONTIJO NA CRIAÇÃO, GESTÃO E FUNCIONAMENTO DE UM CENTRO DE RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO CONCELHO DE MONTIJO – A inte-





gração de Portugal na União Europeia implicou a **adopção de medidas estratégicas** que potenciem o desenvolvimento e a integração de jovens e adultos e atenuem as vulnerabilidades estruturais do País face às dificuldades decorrentes das novas tecnologias de informação e comunicação, bem como da globalização dos mercados. A **Lei de Bases do Sistema Educativo** – Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro – no âmbito da **educação de adultos** possibilitou, através do ensino recorrente e da educação extra-escolar, a obtenção de uma certificação escolar e a preparação para o emprego, sendo que no âmbito do I e II QCA este esforço foi complementado por um reforço de financiamento. Contudo, as medidas adoptadas revelaram-se insuficientes. A distância que separa as qualificações certificadas da população adulta portuguesa em matéria de conhecimentos escolares do padrão de qualificação da generalidade dos países europeus ainda é muito grande, pelo que se considerou justificado atribuir-se a todos os cidadãos, e em particular aos adultos menos escolarizados e aos activos empregados e desempregados, de verem reconhecidos e certificados as competências e conhecimentos que foram adquirindo ao longo do seu percurso de vida. O Programa Educação (**PRO-DEP III**) visa elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e coesão social. Para tal é constituído por Eixos prioritários, medidas e acções. No **Eixo 2 – APOIO À TRANSIÇÃO PARA A VIDA E PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE** – surge a **Medida 4 (FSE) – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA** – na qual está incorporada, entre outras, a **Acção 4.1. “Reconhecimento, Validação e Certificação de Conhecimentos e Competências Adquiridas ao Longo da Vida”** (cfr. Despacho Conjunto n.º 262/2001, de 22 de Março). Tal objectivo deverá ser prosseguido por um **novo serviço** cuja conceptualização, organização e implementação compete à **Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos** (cfr. Decreto-Lei n.º 387/99, de 28 de Setembro). Deste modo, o Estado Português e a Comissão Europeia decidiram **apoiar financeiramente** a criação de uma **Rede Nacional de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificado de Competências**, devidamente acreditados. É nomeadamente, no âmbito da **Estratégia Europeia para o Emprego** e do **Plano Nacional de Emprego** que se revela importante a existência destes centros, cujo serviço poderá ser prestado por entidades públicas ou privadas, pois proporcionará um apoio e estímulo efectivo à procura de formação por parte de activos, empregados e desempregados, e permitirá o reconhecimento, por parte dos parceiros sociais, das qualificações pelo adulto ao longo do seu percurso pessoal e profissional. São **objectivos dos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências** permitir o reconhecimento e a validação de competências e conhecimentos adquiridos pelos adultos ao longo da vida, bem como permitir certificação, que, para





Y  
mt

todos os efeitos legais, é equivalente aos diplomas emitidos pelo Ministério da Educação. Perante o quadro que assim se desenha **propõe-se** que: Este Executivo Municipal delibere **apoiar a ASSOCIAÇÃO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO DO MONTIJO** na criação, gestão e funcionamento de um **Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências no Concelho de Montijo**, dado o interesse que o mesmo reveste para o concelho e por forma a contribuir para a redução do défice de qualificação escolar e profissional, para a eliminação da subcertificação através do reforço da educação e formação ao longo da vida, bem como contribuir para a criação da rede nacional de centros. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente da Câmara).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

## **II – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

**1 – PROPOSTA Nº 3818/01 –FIXAÇÃO DA TAXA DA CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA DE 1,2 SOBRE OS PRÉDIOS URBANOS E POSTERIOR APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Esta proposta foi retirada tendo a Senhora Presidente apresentado uma **Declaração** cujo teor se encontra transcrito na Proposta nº. 3817/01.-----

**2 – PROPOSTA Nº 3819/01 –APROVAÇÃO DO LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA FIXANDO A PERCENTAGEM DE 10% E POSTERIOR APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Esta proposta foi retirada tendo a Senhora Presidente apresentado uma **Declaração** cujo teor se encontra transcrito na Proposta nº. 3817/01.-----

**3 – PROPOSTA Nº 3820/01 –PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DA OBRA POR MAIS DOIS ANOS AO SR. JOSÉ FRANCISCO DOS REMÉDIOS GRILLO** – Pelo requerimento registado nesta Câmara Municipal sob o nº. 09933 de 21 de Maio do ano em curso, veio o Senhor **José Francisco dos Remédios Grilo** solicitar a prorrogação do prazo para início da execução da obra por mais dois anos. Com efeito, o requerente adquiriu por hasta pública um lote de terreno para construção urbana designado por número 72, com a área de 357 m<sup>2</sup> sito na Bairro da Caneira, freguesia e concelho de Montijo para o que foi lavrada escritura no Notariado Privativo em 19 de Maio de 1997 de folhas 36 a folhas 37 do Livro nº. 26. Considerando que a cláusula 11ª. das condições gerais de venda em hasta pública elaboradas como documento complementar à escritura de compra e venda do lote em questão prevê a possibilidade de prorrogação do prazo de início da obra desde que devidamente fundamentada. Considerando que o requerente alega a impossibilidade de dar início à obra, por dificuldades financeiras, **propõe-se** que este Executivo Municipal delibere favoravelmente o seguinte: 1. Conceder a **José Francisco dos Remédios Grilo** a prorrogação requerida, por mais dois anos nos termos e pelos fundamentos que antecedem, com início em 19 de Maio de



2001 e termo em 19 de Maio de 2003. 2. Que o requerente seja notificado do conteúdo da deliberação tomada. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**4 – PROPOSTA 3821/01 – PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS SEIS MESES PARA INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVÍVIO DOS REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS** – Em 17 de Novembro do ano 2000, foi celebrada entre o Município de Montijo e o **Centro de Convívio dos Reformados, Pensionistas e Idosos** a escritura de cedência gratuita em direito de superfície de um prédio urbano com a área de 2698 m<sup>2</sup> sito no Corte Falcão, freguesia e concelho de Montijo, destinado à construção do Centro de Dia e de Convívio dos Reformados, Pensionistas e Idosos. Na sua cláusula segunda referia-se que “A construção do Centro deverá ter início no deverá ter início no prazo de seis meses a contar da data da celebração da presente escritura de cedência, devendo ficar concluída no prazo máximo de cinco anos”. Vem agora o **Centro de Convívio dos Reformados, Pensionistas e Idosos** solicitar através da carta registada nesta Câmara Municipal sob o n.º. 08921 de 7.05.01 a prorrogação de prazo por mais 6 meses para início do referido Centro de Dia. Considerando que o **Centro de Convívio dos Reformados, Pensionistas e Idosos** aguarda apenas o resultado da reunião a realizar entre a entidade que irá proceder à elaboração do projecto e o Centro Regional de Segurança Social de Lisboa, **propõe-se** que este Executivo Municipal delibere favoravelmente o seguinte: 1. Conceder ao **Centro de Convívio dos Reformados, Pensionistas e Idosos** a prorrogação requerida, por mais seis meses nos termos e pelos fundamentos que antecedem. 2. Notificar o Centro de Convívio dos Reformados, Pensionistas e Idosos da deliberação tomada. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**5 – PROPOSTA N.º. 3822/01 – MARCAÇÃO DA HASTA PÚBLICA PARA ARREMAÇÃO DA BANCA DE PEIXE N.º. 1 DO MERCADO MUNICIPAL DE SARILHOS GRANDES POR DESISTÊNCIA DA SR.ª MARIA ODETE DE CARVALHO SANTOS** – Considerando que a banca de peixe n.º. 1 do Mercado Municipal de Sarilhos Grandes se encontra desocupada por desistência da Sr.ª Maria Odete de Carvalho Santos, **propõe-se** que o Executivo Municipal delibere favoravelmente o seguinte: Que a banca acima referenciada seja colocada de novo em **hasta pública** para arrematação do direito de utilização efectivo nos termos do artigo 6.º. do Regulamento dos Mercados. 2. Que seja afixado edital nos lugares públicos do costume e publicado em jornal local; 3. Que a base de licitação, lances e renda mensal sejam os aprovados na reunião do Executivo Municipal de 16.6.98, através da Proposta n.º. 342/98 e a que corresponde os seguintes valores: Base de Licitação – 100.000\$00; Lances – 2.000\$00; Renda



— **16.122\$00** (valor real baseado nos coeficientes de actualização). **4.** Conferir os necessários poderes à Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara para marcar a data da realização da hasta pública. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Miguel Cardoso).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**6 – PROPOSTA Nº 3823/01 – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO DE MONTANTE IGUAL AO VALOR DA MÉDIA DO CONSUMO DE ÁGUA DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS DAS INSTITUIÇÕES REQUERENTES QUE PROSSIGAM FINS DE INTERESSE PÚBLICO** – Esta proposta foi retirada.-----

### **III – DIVISÃO SOCIAL CULTURAL E DE ENSINO**

**1 – PROPOSTA Nº 3824/01 – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA FREGUESIA DE PEGÕES PARA PAGAMENTO DOS AUXÍLIOS ECONÓMICOS PARA ALIMENTAÇÃO, RELATIVOS AO MÊS DE ABRIL DE 2001** – Com o objectivo de garantir o fornecimento diário de uma refeição equilibrada aos alunos sócio-economicamente carenciados das escolas do Ensino Pré – escolar e de 1º. Ciclo que integram o Agrupamento de Escolas da Freguesia de Pegões no refeitório da EB2, 3 de Pegões, esta Câmara Municipal tem assegurado o pagamento dos respectivos auxílios económicos para alimentação. Dando seguimento a este apoio sócio – educativo, **proponho** a V. Exas. a atribuição, ao Agrupamento de Escolas da Freguesia de Pegões, de um subsídio no valor de 20.940\$00 (vinte mil novecentos e quarenta escudos), o qual se refere aos auxílios económicos atrás descritos (no valor de 265\$00/dia útil/aluno de escalão A e de 155\$00/dia útil/aluno de escalão B), relativos ao mês de Abril de 2001. Código de acção: 01.02.05.02. Código orçamental: 06.02/05.01.01 (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**2 – PROPOSTA Nº 3825/01 – CONCESSÃO DE UM SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA FREGUESIA DE PEGÕES PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR DURANTE O MÊS DE ABRIL DE 2001** – Esta edilidade tem vindo a proceder à concessão de uma verba para o fornecimento de suplemento alimentar aos alunos sócio-economicamente carenciados dos jardins de infância da rede pública, das escolas de 1º. ciclo e dos postos de EBM. É neste âmbito que **proponho** a V. Ex<sup>as</sup>. a atribuição, ao Agrupamento de Escolas da Freguesia de Pegões, de um subsídio no valor de 5.760\$00 (cinco mil setecentos e sessenta escudos) o qual se refere à concessão da quantia de 60\$00/dia útil/criança carenciada que frequenta as escolas de 1º. ciclo integrantes, para pagamento do serviço de suplemento alimentar durante o mês de Abril de 2001. Código de acção: 01.02.05.03. Código orçamental: 06.02/05.01.01. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----



**3 – PROPOSTA Nº 3826/01 –CONCESSÃO DE UM SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CANHA E SANTO ISIDRO PARA COMPARTICIPAÇÃO NOS ALMOÇOS EM REFEITÓRIO ESCOLAR DOS ALUNOS CARENCIADOS PARTICIPANTES NO PROJECTO “ESCOLA ABERTA”** – Na sequência da dinamização do projecto “Escola Aberta”, durante o período de interrupção lectiva referente ao período da Páscoa, pelo Agrupamento de Escolas de Canha e Santo Isidro, **proponho** a V.Ex.<sup>a</sup> a atribuição ao supracitado Agrupamento de um subsídio no valor de 118.580\$00 (cento e dezoito mil quinhentos e oitenta escudos), o qual se refere à comparticipação nos almoços em refeitório escolar dos alunos carenciados participantes no projecto indicado. Código de acção: 01.02.05.02. Código orçamental: 06.02/05.01.01.(Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**4 – PROPOSTA Nº 3827/01 –CONCESSÃO DE UM SUBSÍDIO À EBI Nº. 5 DE MONTIJO PARA SUPLEMENTO ALIMENTAR DE DUAS CRIANÇAS CARENCIADAS, DURANTE OS MESES DE MAIO E JUNHO/2001** – Esta edilidade tem vindo a proceder, em anos lectivos transactos, à concessão de uma verba para o fornecimento de suplemento alimentar aos alunos sócio-economicamente carenciados dos Jardins de Infância da rede pública, das escolas de 1.º CEB e dos Postos de EBM. Neste âmbito e com o objectivo de dar continuidade a esta acção sócio-educativa, **proponho** a V.Exas. a atribuição à EBI nº, 5 de Montijo, dos quantitativos mensais do subsídio para suplemento alimentar que se discriminam de seguida, os quais se referem à concessão da quantia de 60\$00/dia útil a duas crianças carenciadas que foram recentemente transferidas para a supracitada escola: Maio/2001 – 2.160\$00, Junho/2001 – 2.280\$00. Código de acção: 01.02.05.03; Código orçamental:-06.02/05.-01.01.(Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**5 – PROPOSTA Nº 3828/01 –CONCESSÃO DE UM SUBSÍDIO À EBI Nº. 5 DE MONTIJO PARA SUPLEMENTO ALIMENTAR DE DUAS CRIANÇAS CARENCIADAS, DURANTE OS MESES DE MAIO E JUNHO/2001** – No âmbito das competências legalmente atribuídas às Câmaras Municipais e com o objectivo de garantir uma refeição diária equilibrada e adequada às necessidades da população escolar, **proponho** a V.Exas. a concessão mensal dos valores que a seguir se discriminam à EBI nº. 5 de Montijo. Os referidos valores referem-se à atribuição de um subsídio, no valor de 220\$00/dia útil, a duas crianças carenciadas que foram recentemente transferidas para a supracitada escola: Maio/2001 – 7.920\$00, Junho/2001 – 8.360\$00. Código de acção: 01.02.05.-02. Código orçamental: 06.02/05.01.01. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----



6 – PROPOSTA Nº. 3829/01 – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA FREGUESIA DE PEGÕES NO ÂMBITO DO APOIO FINANCEIRO À IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE ACTIVIDADES PARA A PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PEÇA DE TEATRO “ESTÓRIA DA GALINHA E DO OVO” E VISITA DE ESTUDO AO PARQUE DAS NAÇÕES, NO DIA MUNDIAL DA CRIANÇA – No âmbito do apoio financeiro à implementação de planos de actividades, **proponho** a V.Exa. a atribuição ao Agrupamento de Escolas da Freguesia de Pegões de um subsídio no valor de 88.350\$00 (oitenta e oito mil trezentos e cinquenta escudos) para efeitos de participação na dinamização das seguintes actividades: Preparação e apresentação da peça de teatro “Estória da Galinha e do Ovo”. Visita de Estudo ao Parque das Nações, no Dia Mundial da Criança. Código de acção: 01.02.-05.01. Código orçamental: 06.02/05.01.01. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

7 – PROPOSTA Nº. 3830/01 – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO AOS SEGUINTE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO: EBI Nº. 5 DE MONTIJO, EBI Nº. 6 DE MONTIJO E EBI Nº. 7 DE MONTIJO PARA PARTICIPAÇÃO EM DESPESAS RELACIONADAS COM A ORGANIZAÇÃO DO PROJECTO “A ESCOLA EM MARCHA: MARCHAS POPULARES” – Como é do conhecimento de V.Exas. esta Câmara Municipal encontra-se a promover a terceira edição do Projecto “A ESCOLA EM MARCHA: MARCHAS POPULARES”, e simultaneamente, a 1ª. Edição do Concurso de Marchas Populares Infantis, a qual terá lugar durante a manhã do próximo dia 26 de Junho, a partir das 10h00, no seguinte itinerário: R. João XXIII (junto ao parque municipal) e Av. D. Afonso Henriques (concentração) – Av. 25 de Abril – Av. dos Pescadores – Av. Luís de Camões. No final do percurso, as marchas concorrentes farão a sua apresentação no palco que estará instalado no ringue do Parque Municipal. É neste âmbito que **proponho** a V.Exas. a atribuição de um subsídio financeiro, para efeitos de participação em despesas relacionadas com a organização desta iniciativa aos seguintes estabelecimentos de ensino: EBI nº. 5 de Montijo – 54.000\$00 (cinquenta e quatro mil escudos), EBI nº. 6 de Montijo – 24.000\$00 (vinte e quatro mil escudos). EBI nº. 7 de Montijo – 60.000\$00 (sessenta mil escudos). Código de acção: 01.08.02.01. Código orçamental: 06.02/05.01.01. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

8 – PROPOSTA Nº. 3831/01 – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO AO GRUPO TÍPICO DANÇAS E CANTARES DO AFONSOEIRO PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DECORRENTES DA AQUISIÇÃO DE TRAJES E CALÇADO – Pelo ofício registado nesta Câmara Municipal sob o nº. 9209 de 10.05.01 vem o Grupo Típico Danças e Cantares do Afonsoeiro, contribuinte nº. 501353348, com sede na



Rua Álvares Cabral Lote 26 – 2º Dtº. na Bela Vista, Montijo, solicitar a participação desta Autarquia no pagamento de despesas decorrentes da aquisição de trajes e calçado, os quais visam reformular o seu guarda roupa. Nestes termos: Considerando que as actividades dinamizadas pelo **Grupo Típico Danças e Cantares do Afonsoeiro** contribuem para o enriquecimento etnográfico e cultural do concelho, **propõe-se:** 1. A concessão de um subsídio no montante de 200.000\$00 (duzentos mil escudos) ao **Grupo Típico Danças e Cantares do Afonsoeiro**, ao abrigo do disposto no artº. 64º., nº. 4, alínea b), da Lei das Autarquias Locais, a ser atribuído em duas tranches, e ainda de acordo com a apresentação dos comprovativos das despesas; 2. O subsídio em causa será concedido através da rubrica orçamental de 06.02/05.-03.02 e do Plano de Actividades pelo código 02.01.04. 3. Que o presente subsídio conste da relação a publicar editalmente e em jornal regional, em cumprimento do estatuído no artº. 2, nº. 1, 2 e 3 da Lei nº. 26/94, de 19 de Agosto. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Miguel Cardoso).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**9 – PROPOSTA Nº. 3832/01 – APROVAÇÃO DO PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO E A SOCIEDADE FILARMÓNICA 1º DE DEZEMBRO PARA PROMOVER E EXIBIR ESPECTÁCULOS DE ORDEM SOCIAL E CULTURAL** – Determina o artº. 64º., nº. 4 alínea a) da Lei das Autarquias Locais que compete à Câmara Municipal no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços, bem como no da gestão corrente, deliberar sobre as formas e apoio a entidades e organismos legalmente existentes, que prossigam no Município fins de interesse público. Nestes termos, sendo manifesto o reconhecimento dos fins de utilidade pública e cultural que prossegue a Sociedade Filarmónica 1º de Dezembro e o correlativo interesse da Autarquia em organizar, promover e exhibir espectáculos de ordem social e cultural, **proponho:** Que este Executivo Municipal delibere aprovar o Protocolo que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Miguel Cardoso).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

#### **IV – DIVISÃO DE DESPORTO**

**1 – PROPOSTA Nº. 3833/01 – ATRIBUIÇÃO DE UM APOIO FINANCEIRO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DE MONTIJO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DESPORTIVOS PONTUAIS PARA PAGAMENTO DE DESPESAS COM TRANSPORTES, NOMEADAMENTE NA MODALIDADE DE JUDO** – O Centro Cultural e Desportivo de Montijo desenvolve várias actividades desportivas regulares, nomeadamente na modalidade de Judo. Para o efeito, o Clube apresentou uma candidatura própria ao abrigo do artigo 6º. do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo desta Autarquia. A candidatura efectuada insere-se no âmbito do Pro-



**grama de Apoio à Realização de Eventos Desportivos Pontuais** e tem como finalidade: Apoio para pagamento de despesas com transportes. Neste sentido, **proponho** a atribuição de um apoio financeiro, no valor de Esc: 90.000\$00 (noventa mil escudos) de forma a minorar as despesas efectuadas com deslocações a Huelva (Espanha), Punta Humbria (Espanha) e Beja, onde se deslocou para participar em Torneios com os Escalões de Formação. Código orçamental: 06.01/05.03.02. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Miguel Cardoso).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

#### **V – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO**

**I – PROPOSTA Nº 3834/01 – RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SMAS DE 29.05.01, TITULADA PELA PROPOSTA Nº 177/01 REFERENTE À EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DAS CENTRAIS ELEVATÓRIAS DE ÁGUAS RESIDUAIS CE1 E CE2 – 3º ADICIONAL** – Proponho que a Câmara Municipal delibere ratificar a deliberação do Conselho de Administração de 29.05.2001, titulada pela proposta nº 177/01, que se anexa e se dá por reproduzida, nos termos e pelos fundamentos dela constantes.-(Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

#### **VI – DIVISÃO DE HABITAÇÃO**

**I – PROPOSTA Nº. 3835/01 – REVOGAÇÃO DA LICENÇA DE OCUPAÇÃO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL E COBRANÇA DA DÍVIDA ATRAVÉS DO TRIBUNAL** – O Sr. Porfirio Alexandre da Silva, residente na Rua Prof. Rui Luís Gomes, nº. 116-2º. Dtº. Frente – Bairro do Esteval, está na seguinte situação: Desde o realojamento em 24 de Abril/95 apenas efectuou o pagamento das primeiras rendas. De Dezembro/95 a Abril/99 apenas pagou uma renda (Fevereiro/96). Foram-lhe enviados vários ofícios, a solicitar que regularizasse as rendas em atraso. Apresentou 2 planos de pagamento, os quais não cumpriu. No ano 2000 apenas pagou 4 rendas. No ano de 2001 ainda não efectuou o pagamento de qualquer renda. Nos termos do artigo 100º. e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, foi-lhe dado o prazo de 10 dias para se pronunciar. O ofício foi devolvido, tendo sido posteriormente afixado na porta do fogo. Não houve qualquer resposta. Em Maio/01 o valor da dívida é de 520.988\$00. **PROPONHO:** 1 – Que a Câmara delibere a revogação da licença de ocupação de habitação municipal do Sr. Porfirio Alexandre da Silva, uma vez que se verifica violação culposa das obrigações a que o inquilino ficou adstrito; 2 – A cobrança da dívida através de acção judicial. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

#### **VII – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA**

**I – PROPOSTA Nº. 3836/01 – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA DA RECEPÇÃO PROVISÓRIA, INDEFERIMENTO DO PEDIDO DA MESMA E PRAZO**





**DE UM MÊS PARA O REQUERENTE PROCEDER ÀS CORRECÇÕES NECESSÁRIAS, REQUERIDO POR JÚLIO MANUEL MARQUES ALBUQUERQUE – PROCESSO I-2/90** – Solicita o requerente a recepção provisória das obras de urbanização do loteamento, sito no local supracitado. Considerando que nos termos do artigo 50º. do Decreto-Lei nº. 448/91, de 29 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº. 334/95, de 28 de Dezembro efectuou-se a vistoria aos trabalhos das obras de urbanização. Considerando que os trabalhos apresentam algumas deficiências nomeadamente a tomada das juntas da calçada que deve ser reposta com uma mistura de pó de pedra e cimento e posterior rega ligeira e o alinhamento dos pilaretes quer em afastamento ao lancil quer em altura que deverá ser constante. Considerando que a Comissão considerou não estarem reunidas as condições para a recepção provisória das obras de urbanização. Considerando que a Comissão fixou um prazo de um mês para o requerente proceder às correcções necessárias. **PROPONHO: 1.** A homologação do auto de vistoria da recepção provisória. **2.** O indeferimento do pedido de recepção provisória. **3.** O prazo de um mês para o requerente proceder às correcções necessárias. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**2 – PROPOSTA Nº. 3837/01 – PRORROGAÇÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO URBANO Nº. 214/96, REQUERIDO POR AUGUSTO GONÇALVES JÚNIOR E OUTROS – PROCESSO I-1/91** – Solicita a Associação de Recuperação do Bairro do Charqueirão a prorrogação do alvará de loteamento nº. 214/96. Considerando que: 1. Se trata de um processo de loteamento que conta da deliberação de Câmara de 16.02.00 sobre proposta nº. 2247/00 para reconversão das áreas urbanas de génese ilegal. 2. O alvará de loteamento prevê que o urbanizador execute os trabalhos de arruamentos, passeios e esgotos pluviais, tendo sido fixado um prazo de 5 anos para execução dos trabalhos. 3. O prazo terminou em 08.02.01. 4. A Câmara pretende substituir a obrigação do loteador, na execução das obras de urbanização. **PROPONHO: 1.** A dispensa do loteador no cumprimento das obrigações impostas no alvará de loteamento no que se refere às obras de urbanização. **2.** Que o alvará fique válido e sem prazo de validade. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**3 – PROPOSTA Nº. 3838/01 – REDUÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA REFERENTE AO PROCESSO I-1/99, REQUERIDO POR CEDROCONSTRÓI – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDª.** – Solicita a requerente a redução da garantia bancária, nos termos da alínea b) do nº. 3 e do nº. 4 do artigo 24º. do Decreto-Lei nº. 448/91, de 28/11, alterado pelo Decreto-Lei nº. 334/95, de 28/12. Considerando que o montante dos trabalhos executados até à data de 31/05/01 é de



286.799.830\$00. Considerando que estão por realizar trabalhos com o valor de 15.854.794\$00. Considerando que para garantir a boa execução dos trabalhos já realizados deve ser retido 10% sobre o valor de 286.799.830\$00, ou seja, 28.679.983\$00. Considerando que o valor a reter para a caução é de 44.534.777\$00. **PROPONHO:** A redução da garantia bancária para o montante de 44.534.777\$00. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**4 – PROPOSTA Nº. 3839/01 – REVOGAÇÃO DO PONTO 19 DA PROPOSTA Nº. 2648/00 DE 21/06 E PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS, REQUERIDO POR LUISA NUNES PINTO RODRIGUES – PROCESSO I-18/98** – Solicita a requerente que o prazo para execução das obras de urbanização do loteamento seja alterado de 6 meses para 12 meses, por não lhe ser possível iniciar as obras de imediato, devido a compromissos assumidos. Considerando que: - Na reunião de Câmara de 21/06/00 – proposta nº. 2648/00, foram aprovados os projectos de especialidades, bem como a emissão do alvará de loteamento em epígrafe. – No ponto 19 da referida proposta o prazo para execução das obras é de 6 meses. – O prazo de 12 meses não é excessivamente exagerado para o tipo de trabalhos necessários. **PROPONHO:** A revogação do ponto 19 da proposta nº. 2648/00, de 21/06, sendo o prazo para execução das obras de 12 meses. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**5 – PROPOSTA Nº 3840/01 – APROVAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO, REFERENTE AO PROCESSO I-3/99, REQUERIDO POR REIMIDAS – REALIZAÇÕES IMOBILIÁRIAS, LDª.** – Solicita a requerente a prorrogação do prazo de execução das obras de urbanização por um período de 4 meses. Considerando que o prazo inicial das obras de urbanização foi de 12 meses. Considerando que de acordo com o estipulado no nº. 2 do artº. 23º. do Decreto-Lei nº. 448/91, de 29/11 alterado pelo Decreto-Lei nº. 334/95, de 28/12 só é possível prorrogar o prazo de execução das obras de urbanização por uma única vez, quando não seja possível concluir as obras no prazo previsto no alvará. **Proponho:** A aprovação da prorrogação do prazo de execução das obras de urbanização por 4 meses, ficando o alvará de loteamento nº. 268/2000 válido até 08/07/01. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**6 – PROPOSTA Nº. 3841/01 – INDEFERIMENTO DO PROJECTO DE LOTEAMENTO REFERENTE AO PROCESSO I-13/00, REQUERIDO POR MÁRIO GUARDA DE SOUSA E OUTROS** – Solicitam os requerentes a reanálise do projecto de loteamento urbano, indeferido em reunião de Câmara de 10/05/00, pro-



posta nº. 2530/00, para a parcela de terreno situada na Lagoa da Pedra – Montijo. Considerando que: 1. A parcela de terreno em causa encontra-se definida no PDM como Espaço Urbanizável de Nível I, incluído dentro dos limites de uma área a submeter a Plano Municipal de Ordenamento do Território. 2. O Regulamento do PDM, indica no seu artº. 54º. a área definida por Norte da Circular, como Espaço Urbanizável após a realização de um plano de pormenor. 3. A Câmara Municipal deu já início à fase preparatória do futuro Plano de Pormenor a Norte da Circular, pelo que as intervenções para o local devem basear-se nas directrizes resultantes da referida acção de planeamento urbano. 4. A presente proposta de loteamento não se encontra sustentada por Plano de Pormenor. **PROPONHO:** O indeferimento do projecto de loteamento, pelo facto de não se enquadrar no Estudo do Plano de Pormenor a Norte da Circular, o que constitui uma sobrecarga incomportável para as infra-estruturas ou serviços gerais existentes no local. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**7 – PROPOSTA Nº 3842/01 – APROVAÇÃO DO LOTEAMENTO URBANO REFERENTE AO PROCESSO I-37/00, REQUERIDO POR ANTÓNIO MATEUS CATARINO & FILHOS:**-----

PDM/ZONAMENTO	RAN	Não
Espaço Urbano/Área Urbanizada Mista/Zona Consolidada/Nível I	REN	Não

Análise/PDM	PROPOSTA	PDM
Área de intervenção	13.720.00	13.720.00
a.b.c. habitacional	-----	-----
a.b.c.comércio/serviços/indústria(classe D)	7.901.60	19.208.00
Densidade habitacional	-----	-----
Número de fogos	-----	-----
Índice de ocupação	0.36	0.60
Índice de utilização	0.58	5.00
Número de pisos máximo/cércea (máx)	10m	10m

**Conformidade**

**SIM**

**NÃO**

Análise/Portaria 1182/92	PROPOSTA	PORTARIA/Reg.Municipal
Cedência para espaços verdes	3.178.58	1.810.1
Cedência para equipamento	24.39	1.479.58
Perfil dos arruamentos	2.50+7.00+2.50	2.50+7.00+2.50(R=10/R=7.5)
Nº de lugares de estacionamento	155	150(22ind./107cér./21 com.)



Estacionamento – Superfície	-----	-----
Estacionamento – Coberto	-----	-----

Conformidade

SIM

NÃO

Entidades a consultar	Parecer Técnico	SIM	NÃO
CCRLVT	A solicitar		
SMAS	A solicitar		

**Plano Director Municipal:** A proposta apresentada cumpre com os índices estipulados no Plano Director Municipal. **Edificações envolventes:** Não existem edificações a considerar na envolvente. **Proposta Urbanística:** Loteamento industrial (classe D), comércio e serviços, composto por 16 lotes distribuídos ao longo de um arruamento que percorre todo o espaço. **Infra-estruturas Viárias/Estacionamento:** A proposta apresenta uma única via com dois sentidos de trânsito com raios de curvatura de acordo com o Regulamento Municipal. **Espaços Verdes e de Utilização Colectiva:** A proposta cumpre com a Portaria n.º 1182/92, de 22 de Dezembro, no que respeita à área de cedência para espaços verdes. **Equipamento de Utilização Colectiva:** A proposta cumpre com a Portaria n.º 1182/92, de 22 de Dezembro, no que respeita à área de cedência para equipamentos de utilização colectiva. Considerando que: 1. A proposta está enquadrada nos índices definidos no PDM para espaços industriais de classe D, com comércio e serviços, quando localizadas em espaço urbano. A proposta cumpre com a Portaria n.º 1182/92, de 22 de Dezembro, no que respeita à área de cedência para espaços verdes e lugares de estacionamento. A área de cedência para equipamentos é de 24.39 m<sup>2</sup> a juntar o lote n.º 11 com 308.22 m<sup>2</sup> de área e um edifício com 295.92 de área bruta de construção a ceder à Câmara Municipal de Montijo. 3. Os perfis transversais dos arruamentos e passeios cumprem com o estipulado no Regulamento Municipal. 4. Deve apresentar no prazo de um ano de acordo com o art.º 9.º do D.R. 63/91, de 29/11, os seguintes projectos das especialidades: Arruamentos. Rede de abastecimento de águas. Rede de esgotos domésticos e pluviais. Rede de gás. Electricidade. Rita/Telecomunicações. Arranjos exteriores. Sinalização e trânsito. 5. Apresentação de uma planta com a localização do equipamento de deposição e separação dos resíduos sólidos urbanos, de acordo com o estipulado no actual Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos de Montijo. 6. Os projectos das especialidades devem cumprir com os requisitos estipulados no Regulamento Municipal das Operações de Loteamento Urbano e de Obras de Urbanização. 7. Cedência de um edifício com a área de 298,25 m<sup>2</sup> totalmente construído bem como a cedência do lote n.º 11 no âmbito do estipulado no art.º 16.º do Decreto-Lei



nº. 448/91, de 29/11, alterado pelo Decreto-Lei nº. 334/95, de 28/12. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**8 – PROPOSTA Nº. 3843/01 – APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO CONDICIONADO REQUERIDO POR JOÃO FRANCISCO CODINHA MECO – PROCESSO I-6/01** – Solicita o requerente alteração ao alvará de loteamento emitido ao abrigo do Decreto-Lei nº. 289/73 titulado pelo alvará nº. 37/83, do lote 46 C de modo a que seja possível um aumento de área de construção bem como a construção de cave para estacionamento. Considerando que: O processo está elaborado de acordo com o estipulado no artigo 36º. do Decreto-Lei nº. 448/91, de 29/11, e convenientemente instruído. A alteração pretendida para o loteamento traduz-se no aumento da área bruta de construção de 135 m<sup>2</sup>. O lote 46 C fica constituído por 2 pisos+cave para estacionamento. **PROPONHO:** A aprovação da alteração de loteamento condicionado ao parecer da CCRLVT, bem como: 1. Pagamento da diferença de área de construção de acordo com o R.T. e Licenças. 2. Apresentação de 3 plantas de implantação com quadro síntese referente ao lote 46 C. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**9 – PROPOSTA Nº 3844/01 – EMISSÃO DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PROCESSO D-9/00, REQUERIDO POR SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTIJO** – Solicita a requerente a viabilidade de um processo de loteamento para a parcela de terreno localizada no gaveto da Rua Central com a Rua Diogo Rodrigues com uma área de 265.40 m<sup>2</sup>. Considerando que: 1. A parcela encontra-se classificada no P.D.M. como Espaço Urbano Misto a Preservar/Nível I. 2. Os índices urbanísticos e os da proposta são os seguintes:--

	<b>PDM</b>	<b>PROPOSTA</b>
Área de intervenção	265.40 m <sup>2</sup>	265.40 m <sup>2</sup>
Índice de ocupação máximo	0.60 m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup>	0.82 m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup>
Índice de utilização máximo	2.40 m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup>	2.26 m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup>
Número de pisos máximo	4	3

3. O disposto no número 1, artº. 12º., designadamente do Regulamento do PDM, no qual a nova edificação deverá respeitar o alinhamento consolidado existente, manter altura média dominante das construções vizinhas e com elas harmonizar-se, a solução urbanística a apresentar deve manter o alinhamento das construções vizinhas que neste caso totaliza um número máximo de 2 pisos. 4. De acordo com o número anterior, qualquer edificação para este local deve adequar-se às volumetrias existentes, ou seja, dois pisos sem qualquer recuo de fachada. **Proponho:** A emissão de parecer desfavorável por não se encontrarem cumpridos os índices do PDM e se considerar excessiva



para o local a volumetria proposta. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**10 – PROPOSTA Nº 3845/01 – EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL CONDICIONADO AO PROCESSO E-262/00 REQUERIDO POR MANUEL ANTÓNIO MARQUES LOPES** – Solicita o requerente informação acerca da possibilidade de construção/instalação de uma exploração pecuária, numa parcela de terreno com 188.000 m<sup>2</sup>, resultante da junção dos artigos 16, 17 e 18 da Secção K, situados no local denominado por Foros das Taipadas de Cima, na freguesia de Santo Isidro de Pegões. Considerando que: 1. A referida parcela de terreno encontra-se classificada nos termos do PDMM em vigor como Espaço Agrícola/Área Agrícola não incluída na RAN, não sendo igualmente abrangida pelo regime de servidão REN. 2. Nos termos do disposto no artigo 31º. do Regulamento do PDMM em vigor é admissível a edificação no espaço agrícola, de estabelecimento insalubre ou incómodo, bem como instalações de apoio à actividade agro-pecuária. 3. A actividade proposta enquadra-se nos termos do instrumento de planeamento em vigor. 4. O total da área construída que caracteriza a exploração enquadrando-se nas disposições estabelecidas no nº. 5, artigo 31º. do Regulamento do PDMM. 5. A instalação da actividade supramencionada na parcela de terreno observa as disposições estabelecidas no artigo 88º. do Regulamento do PDMM em vigor, nomeadamente quanto aos afastamentos previstos em relação aos limites do espaço urbano, outras edificações, estradas nacionais e vias municipais. **Proponho:** A emissão de parecer favorável devendo cumprir os seguintes condicionamentos: a) Deve apresentar no prazo de um ano a contar da data da recepção da notificação um projecto de licenciamento da exploração pecuária; b) O projecto de licenciamento deverá respeitar as disposições da legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei nº. 182/79, de 15 de Junho; c) A aprovação do projecto de licenciamento está condicionado mediante a: 1. Resolução do abastecimento de águas, drenagem de águas residuais e seu tratamento previamente licenciado e assegurados por sistemas autónomos, salvo se o interessado custear a totalidade das despesas com a extensão das redes públicas e estas forem autorizadas – conforme o expresso na alínea d), nº. 5, artigo 31º. do PDMM; 2. Informação prévia de descarga de águas residuais e seu tratamento, por parte da entidade, Ministério do Ambiente/Direcção Regional do Ambiente – Lisboa e Vale do Tejo; d) O projecto de licenciamento deverá mencionar as infra-estruturas existentes no local bem como os sistemas de tratamento de efluentes; e) O projecto de licenciamento deverá ser constituído em quintuplicado dado a necessidade de consultar a Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo



— DRAOT/LVT. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**11— PROPOSTA Nº 3846/01 — EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL CONDICIONADO AO PROCESSO E-68/01 REQUERIDO POR MANUEL MONTEIRO CRESPO**

— Solicita o requerente informação prévia sobre os condicionamentos urbanísticos que impendem sobre a parcela de terreno, com 28.960 m<sup>2</sup> de área, sita em Estrada dos Quatro Marcos — Malpique — freguesia de Sarilhos Grandes. Considerando que: 1. O instrumento de planeamento urbanístico em vigor e aplicável para o local é o Plano Director Municipal de Montijo (PDMM). 2. O terreno em análise encontra-se classificada no PDMM como Espaço Agrícola/Área Agrícola não incluída na RAN e não incluída na REN.

**Proponho:** A emissão de parecer favorável nas seguintes condições: 1. A edificação no Espaço Agrícola/Área Agrícola não incluída na RAN deverá obedecer ao disposto no artigo 31º. do Regulamento do PDMM, designadamente: 1.1. É admitido nos termos das disposições seguintes, a título excepcional, sem constituir precedentes ou expectativa de futura urbanização, o licenciamento de edificação utilizada para habitação do proprietário ou dos trabalhadores permanentes da mesma que se considere indispensável para a utilização referida, bem como ainda de instalações para apoio à actividade agrícola, agro-pecuária, indústria de apoio e transformação de produtos agrícolas, indústria de fabrico de materiais de barro, materiais refractários e préfabricados de inertes, estabelecimento insalubre ou incómodo, estabelecimento hoteleiro ou similar de hoteleiro, equipamento colectivo e grande superfície comercial. 1.2. O licenciamento para as parcelas de terreno referidas no nº. 1 e não abrangidas pelo regime da RAN deve observar as seguintes disposições: a) Área bruta dos pavimentos sem exceder a área reconhecida necessária para o fim a que se destina nem o índice de construção 0.01 para habitação, ou o índice de construção 0.05 para as demais edificações, incluindo habitação quando em conjunto; b) Afastamento mínimo de 20m aos limites do terreno, incluindo todo o tipo de instalação; c) Altura máxima de 7.5m, medida ao ponto mais elevado da cobertura, incluindo-se nessa altura as frentes livres das caves, podendo ser excedida em silos, depósitos de água e instalações especiais, tecnicamente justificada; d) Abastecimento de água e drenagem de águas residuais e seu tratamento previamente licenciados e assegurados por sistemas autónomos, salvo se o interessado custear a totalidade das despesas com a extensão das redes públicas e estas forem autorizadas; e) Efluentes das instalações pecuárias, agro-pecuárias e agro-industriais tratados por sistema próprio; f) Infiltração de efluentes no solo só aceite quando tecnicamente fundamentada e aprovada pela DRARNLVT; g) Acesso por via pública com perfil transversal e pavimento adequados à





utilização pretendida; h) Área de estacionamento com dimensão e pavimento adequados à utilização pretendida; i) Área global afecta à implantação da construção, a arruamentos, estacionamentos e demais áreas pavimentadas, não podendo exceder 0.10 da área global da parcela. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**12 – PROPOSTA Nº. 3847/01 – EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL AO PROCESSO E-74-01, REQUERIDO POR JOAQUIM JOSÉ HORTA SANCHO** – Solicita o requerente a possibilidade de instalação de um stand de automóveis para o local supracitado. Considerando que: 1. Se trata de uma fracção definida como r/c destinado a loja, correspondente à fracção designada por armazém nº. 2375, do prédio urbano com entrada pela Rua Miguel Pais, nº. 87 – Montijo. 2. O espaço está vocacionado para o funcionamento da actividade em causa. 3. Não existe inconveniente na abertura do estabelecimento no local. **PROPONHO:** A emissão de parecer favorável. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**13 – PROPOSTA Nº 3848/01 – EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL AO PROCESSO E-76/01 REQUERIDO POR ELVIRA PEIXINHO DE OLIVEIRA** – Solicita o requerente a possibilidade de instalação de uma papelaria, livraria, tabacaria, perfumaria e bazar. Considerando que: 1. Se trata de uma loja pertencente a um Centro Comercial, EuroCentro 82, constituída por um espaço designado por loja 13, do prédio urbano com entrada pela Rua José Ferreira Pio, vocacionado para o funcionamento da actividade em causa; 2. Não existe inconveniente na abertura do estabelecimento no local. **Proponho:** A emissão de parecer favorável. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**14 – PROPOSTA Nº. 3849/01 – EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL CONDICIONADO AO PROCESSO E-77/01, REQUERIDO POR MARIA LEONOR RITA PEREIRA** - Solicita a requerente a possibilidade de adaptação de uma loja, a cozinha para fabrico de salgados. Considerando que: Se trata de uma fracção definida como r/c destinado a loja, correspondente à fracção designada por lote 4, do prédio urbano com entrada pela Rua Professor António Caleiro, nº. 122, vocacionado para o funcionamento da actividade em causa. 2. Não existe inconveniente na abertura do estabelecimento no local. 3. Se trata de um estabelecimento de produtos alimentares deverá o licenciamento observar o disposto no Decreto-Lei nº. 168/97, de 04/07, mediante a apresentação de projecto de arquitectura de adaptação do espaço às novas funções, instruído conforme o Decreto-Lei nº. 445/91, de 15/10, e o projecto de segurança contra risco de incêndio, e, cumulativamente, observar o disposto no Regula-



mento Geral do Ruído, Decreto-Lei nº. 292/2000, de 14/11. **Proponho:** A emissão de parecer favorável nas seguintes condições: Deverá o licenciamento observar o disposto no Decreto-Lei nº. 168/97, de 04/07, mediante a apresentação de projecto de arquitectura de adaptação do espaço às novas funções, instruído conforme o Decreto-Lei nº. 445/91, de 15/10 e projecto de segurança contra risco de incêndio e, cumulativamente, observar o disposto no Regulamento Geral do Ruído, Decreto-Lei nº. 292/2000, de 14/11. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**15 – PROPOSTA Nº 3850/01 – EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL AO PROCESSO E-80/01 REQUERIDO POR ALBERTINO VENÂNCIO DA COSTA** – Solicita o requerente a possibilidade de instalação de um estabelecimento de comércio de pronto a vestir sito na Rua Bulhão Pato, nº. 10 - Montijo. Considerando que: 1. Se trata de uma fracção definida como r/c destinado a loja, correspondente à fracção designada pela letra “D” do prédio urbano com entrada pela Rua Bulhão Pato, nº. 10 – Montijo. 2. O espaço está vocacionado para o funcionamento da actividade em causa. 3. Não existe inconveniente na abertura do estabelecimento no local. **Proponho:** A emissão de parecer favorável. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**16 – PROPOSTA Nº 3851/01 – EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL AO PROCESSO E-83/01 REQUERIDO POR ECOVEG CHEMICAL EUROPE, S.A.** – Solicita a requerente a possibilidade de instalação de um armazém grossista e armazénista de produtos para agricultura. Considerando que: 1. Se trata de uma fracção definida como armazém, correspondente à fracção designada pelo número 15.772, do prédio urbano na Zona Industrial do Pau Queimado, vocacionado para o funcionamento da actividade em causa. 2. Não existe inconveniente na abertura do estabelecimento no local. **Proponho:** A emissão de parecer favorável. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**17 – PROPOSTA Nº 3852/01 – EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL CONDICIONADO AO PROCESSO E-86/01 REQUERIDO POR FRANCISCO DA SILVA LOPES** – Solicita o requerente a informação sobre os condicionamentos urbanísticos que actuam sobre a parcela de terreno, sita na Rua Fernando Pessoa, nº. 452 - Montijo. Considerando que: 1. O instrumento de Planeamento Urbanístico em vigor para o local é o P.D.M., no qual a parcela de terreno se encontra classificada como Espaço Urbanizável. **Proponho:** A emissão de parecer favorável nas seguintes condições: 1 – De acordo com o artigo 18º., quadro 1 do Regulamento do PDM observa-se os seguintes parâmetros para aquela área do território:-----



Caracterização Geral da Edificação	
Índice de Ocupação Máximo	0.60 fog/há
Índice de Utilização Máximo	3.00 m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup>
Número de pisos Máximo	5

2 – Tendo em consideração o disposto no n.º 1 do artigo 12.º designadamente do PDM, no qual a nova edificação deverá respeitar o alinhamento consolidado existente, manter a altura média dominante das construções vizinhas, e com elas harmonizar-se a solução urbanística a apresentar deva manter o alinhamento das construções vizinhas que neste caso totaliza um número máximo de 2 pisos. 3 – Nos termos da deliberação de Câmara de 01.03.00, proposta n.º 2301/00, a projecção zenital de qualquer corpo balanceado, num máximo de 1.5 m, deverá ter um afastamento mínimo de 0.5 m do limite do lancil (em caso de existência de passeio no local). (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**18 – PROPOSTA Nº 3853/01 – EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL CONDICIONADO AO PROCESSO E-99/01 REQUERIDO POR NUNO MIGUEL SILVA MARQUES** - Solicita o requerente a informação sobre os condicionamentos que actuam na parcela de terreno, com 2.900 m<sup>2</sup>, situada na freguesia de Alto Estanqueiro/Jardia. Considerando o instrumento de planeamento em vigor para o local é o PDM, onde o terreno se encontra classificado como Espaço Agrícola/Área Agrícola não incluída na REN e não incluída na RAN. **Propoñho:** A emissão de parecer favorável para a construção de uma moradia com 200 m<sup>2</sup> de área bruta de construção e 84 m<sup>2</sup> para garagem, desde que se cumpram os seguintes requisitos: 1. De acordo com o n.º 6 do art.º 31.º do Regulamento do PDM, a parcela de terreno não deve estar sujeita ao regime de servidão da RAN e encontra-se servida por arruamento e dispôr à data da publicação do PDM de redes públicas de energia e água, observando as seguintes disposições: a) Área da parcela de terreno igual ou superior a 1000m<sup>2</sup>; b) Frente para o arruamento igual ou superior a 20m; c) Afastamento de edificação aos limites do terreno igual ou superior a 5m; d) Área bruta de construção máxima igual a 300 m<sup>2</sup> para habitação e 500 m<sup>2</sup> para as demais edificações, incluindo habitação quando em conjunto. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**19 – PROPOSTA Nº 3854/01 – ABERTURA DA CONSULTA PRÉVIA, APROVAÇÃO DO CONVITE, PROGRAMA DE CONCURSO, CADERNO DE ENCARGOS E PROGRAMA BASE AO PROCESSO L-119/00, DO PROJECTO DE REMODELAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL Nº. 1** – Considerando a necessidade urgente de melhorar o equipamento desportivo da cidade de Montijo. Considerando a necessidade urgente de Remodelar, Ampliar e Reabilitar o actual Pavilhão



Municipal nº. 1 de acordo com as novas recomendações técnicas e exigências de segurança. Considerando que o projecto está contemplado no P.A.O./-2001, sob o código de plano 05.02.03. Considerando que a despesa a realizar tem cabimento no Plano de Actividades sob o código 04.01/04.05. **PROPONHO:** 1. A aprovação do convite, programa de concurso, caderno de encargos e programa base do futuro projecto. 2. Que nos termos da alínea e) do nº. 1 do artigo 78º. e artigo 146º. do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de Junho, seja efectuado o procedimento por consulta prévia. 3. Sejam convidados os seguintes gabinetes: Visual; Arquiambiente – Arquitectura e Projectos Ambientais, Lda.; Alexandre Fidalgo Mineiro, Arqtº.; Semgaffes, Arquitectos Associados, Lda.; Costa Percegueiro – Arquitectos Unipessoal e Bruni Tinoco/Ricardo Dias. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**20 – PROPOSTA Nº 3855/01 – ABERTURA DE CONCURSO POR NEGOCIAÇÃO SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO E APROVAÇÃO DO PROJECTO, DO PROGRAMA DE CONCURSO, CADERNO DE ENCARGOS AO PROCESSO L-133/00, DO INFANTÁRIO DO BAIRRO DO AREIAS** – Considerando: A necessidade de instalação de equipamentos, atendendo às características do Bairro; A importância da instalação de um infantário que responda às necessidades que as famílias sentem no apoio ao 1º. ciclo de infância (dos 0 aos 3 anos). A existência de um espaço disponível onde pode ser erigido este equipamento. **PROPONHO:** 1. A abertura de concurso por negociação sem publicação prévia de anúncio, nos termos do disposto no nº. 1, al. d) do artigo 78º. e no nº. 4 do artigo 80º. do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de Junho; 2. Aprovação do Projecto, do Caderno de Encargos e do Programa de Concurso, que servem de base ao concurso e ao contrato a celebrar. 3. A consulta dos seguintes gabinetes: Arq. 001; Sala 3 Arquitectura e Design, Lda.; Vão Arquitectos Associados, Lda.; Semgaffes, Arquitectos Associados, Lda. e Visual. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**21 – PROPOSTA Nº 3856/01 – ABERTURA DE CONCURSO POR NEGOCIAÇÃO SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO E APROVAÇÃO DO PROJECTO, DO PROGRAMA DE CONCURSO, CADERNO DE ENCARGOS AO PROCESSO L-162/01, DO JARDIM DE INFÂNCIA DO BAIRRO DO MOUCO – “O SALTITÃO”** – Considerando: A existência de um infantário que não responde às disposições técnicas e legais de funcionamento, impostas pela Segurança Social; A importância da instalação de um infantário que responda às necessidades do Bairro do Mouco, em condições de pleno funcionamento; A existência de um espaço disponível junto à Escola Básica do 1º. Ciclo nº. 2, que oferece condições para a implantação deste equipamento. **PROPONHO:** 1. A abertura de concurso



*uf*  
*AA*

por negociação sem publicação prévia de anúncio, nos termos do disposto no n.º 1, al. d) do artigo 78.º e no n.º 4 do artigo 80.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho; 2. Aprovação do Projecto, do Caderno de Encargos e do Programa de Concurso, que servem de base ao concurso e ao contrato a celebrar. 3. A consulta dos seguintes gabinetes: Arq. 001; Sala 3 Arquitectura e Design, Ld.ª; Vão Arquitectos Associados, Ld.ª; Semgaffes, Arquitectos Associados, Ld.ª e Visual. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**22 – PROPOSTA Nº 3857/01 – ABERTURA DE CONCURSO POR NEGOCIAÇÃO SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO E APROVAÇÃO DO PROJECTO, DO PROGRAMA DE CONCURSO, CADERNO DE ENCARGOS AO PROCESSO L-163/01, DAS INFRA-ESTRUTURAS DO BAIRRO MIRANDA** – Considerando: A génese ilegal do Bairro Miranda; A aposta da Autarquia em criar as infra-estruturas necessárias a uma vivência saudável neste espaço; A decisão da Câmara Municipal de equipar todos os bairros de génese ilegal com infra-estruturas básicas de saneamento e arruamentos. **PROPONHO:** 1. A abertura de concurso por

negociação sem publicação prévia de anúncio, nos termos do disposto no n.º 1, al. d) do artigo 78.º e no n.º 4 do artigo 80.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho; 2. Aprovação do Projecto, do Caderno de Encargos e do Programa de Concurso, que servem de base ao concurso e ao contrato a celebrar. 3. A consulta dos seguintes gabinetes: Alberto de Carvalho, Eng.º; Aníbal César Baral; Eng.º Jorge Manuel Segurado Nunes Sequeira; XIX Construção, Projectos e Gestão, Ld.ª; Eng.º José Aleixo. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**23 – PROPOSTA Nº 3858/01 – APROVAÇÃO DOS PROJECTOS DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO AO PROCESSO I-17/97, REQUERIDO POR JOSÉ LUIS FIRMO RIBEIRO** – Na reunião de 1 de Março de 2000, foi deliberado aprovar o estudo do loteamento urbano, propriedade de José Luis Firmo Ribeiro, condicionado ao parecer da CCRLVT e SMAS. Posteriormente foram entregues para aprovação da Câmara os vários projectos das especialidades. Considerando que a CCRLVT emitiu parecer favorável à aprovação do loteamento, através do ofício DROT/DPF/1484/-2000, ofício de 25 de Maio. Considerando que foi cumprido o ponto 3 da proposta 2277/00. Considerando que foram dados pareceres por vários serviços do Município, bem como outras entidades com jurisdição sobre várias infra-estruturas a executar, que se descrevem: Arruamentos e sinalização com parecer favorável do DAU em, 05.01.01, com condicionantes a comunicar ao requerente. Abastecimento de água, com parecer favorável dos SMAS em 20.02.01, sua informação DISK 01-03/01, com condicionantes a comunicar



ao requerente e a constar em alvará. Rede de saneamento com parecer favorável do SMAS em 20.02.01, sua informação DISK 01-30/01, com condicionantes a comunicar ao requerente e a constar em alvará. Arranjos exteriores com parecer favorável do DOMA em 04.06.01 com condicionantes. Rede de gás, com parecer da SETGÁS de 25.10.2000 processo nº. 2093/00, dizendo que o projecto estava adequado com condicionantes a comunicar ao requerente. Telecomunicações com parecer favorável da TELECOM, processo 6170/2000 – Ofício 3449 de 18.01.01 com condicionantes a comunicar ao requerente. Electricidade com parecer favorável da EDP carta 188/01/PSPC-LU de 23.02.01 com condicionantes a comunicar ao requerente e a constar em alvará. **Proponho:** A aprovação dos projectos de obras de urbanização, devendo para emissão do alvará de loteamento serem cumpridos os seguintes requisitos: 1. Pagamento da taxa de urbanização no valor de 21.284.910\$00, conforme o estipulado no Regulamento Municipal da Tabela de Taxas em vigor. 2. Cedência das parcelas de terreno para espaços verdes de utilização colectiva que totalizam uma área de 1.400 m<sup>2</sup>. 3. Cedência das parcelas de terreno para equipamento de utilização colectiva com a área de 1976,50 m<sup>2</sup>, a integrar no domínio privado da Câmara. 4. Prestar uma caução para assegurar a boa e regular execução das obras de urbanização, no montante de Esc: 40.720.902\$00 acrescido do valor IVA (17%). 5. Certidão actualizada do Registo na Conservatória. 6. Oito plantas síntese do loteamento, cópia original (Reprolar) e o suporte informático, na extensão DXF ou DWG/DGN do levantamento topográfico à escala 1/5000 e a planta de implantação à escala 1/2000. 7. Confrontação das parcelas de terreno destinadas a equipamento colectivo, a integrar no domínio privado da Câmara. 8. Confrontações de todos os lotes que constituem o loteamento e respectivo valor. 9. Termo de responsabilidade pela execução da obra. 10. Certificado de classificação de Industrial de Construção Civil na categoria de obras de urbanização na classe correspondente ao valor total dos trabalhos de obra. 12. Seguro da empresa que vai executar as obras de infra-estruturas. 13. Prazo para a execução das obras – 24 meses. 14. Deve ser ainda considerado: a) As condições estabelecidas pela SLE no seu clausulado e anexos, devem constar no alvará das obras de urbanização. b) As condições estabelecidas pelos SMAS devem constar no alvará das obras de urbanização. c) As condições estabelecidas pela TELECOM no seu anexo, devem constar no alvará das obras de urbanização. d) As condições estabelecidas pela SETGÁS no seu anexo, devem constar no alvará das obras de urbanização. O requerente deve solicitar o pedido de licenciamento destes trabalhos à DRIELVT, de acordo com o D.L. nº. 232/90, de 16/07, revisto pelo D.L. nº. 183/94, de 01/07. 15. Quando for solicitada a recepção provisória do loteamento deve cumprir: a) Cedência à



Câmara de 1 ecoponto e contentores de profundidade de 3.000 litros de acordo com a captação adequada ao número de fogos, com sistema de elevação. B) Uma cópia original (Reprolar) de telas finais que contemple as correcções indicadas no parecer dos SMAS, para redes de águas e esgotos, incluindo o suporte informático na extensão DXF ou DWG/DGN. 16. Para a colocação da iluminação deve contactar com o técnico do Gabinete de Planeamento. 17. Aquando do início das obras e nas diversas fases, deve contactar o Sector de Topografia da Câmara Municipal de Montijo a fim de verificar se os alinhamentos, cotas das rasantes e cotas de soleira, sendo necessário caso hajam alterações aos projectos das infra-estruturas aprovados, apresentar no prazo de 15 dias, três exemplares das respectivas alterações. 18. Deverão ser colocadas placas toponímicas em cada uma das ruas, conforme modelo aprovado em reunião de Câmara de 4 de Agosto de 1999. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Honorina Silvestre).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

#### **VIII - DEPARTAMENTO DE OBRAS E MEIO AMBIENTE**

**1 – PROPOSTA Nº. 3859/01 – RATIFICAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA DA OBRA “REMODELAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO PARQUE MUNICIPAL” – PROCESSO F-25/99** - Considerando a vistoria efectuada no dia 2001.05.25 que considerou estarem os trabalhos em condições de serem recebidos provisoriamente **Proponho:** A ratificação do auto de recepção provisória da obra "Remodelação da Iluminação Pública do Parque Municipal". (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**2 – PROPOSTA Nº. 3860/01 – APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS REFERENTE À EMPREITADA “CONSTRUÇÃO DE SALÃO POLIVANTE NO BAIRRO DA LIBERDADE” – PROCESSO F-38/99** - Considerando que: A empreitada referente à "Construção de Salão Polivalente no Bº da Liberdade", foi adjudicada à firma Betacil - Construções, Lda., por deliberação de Câmara Municipal em 16 de Fevereiro de 2000 pelo valor de 16.649.598\$00 (dezassex mil milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, quinhentos e noventa e oito escudos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e por um prazo de execução de 6 meses. A adjudicação foi efectuada no âmbito do D.L. nº 59/99, de 2 de Março. A consignação dos trabalhos foi assinada em 21 de Julho de 2000. Existiam erros de medição e omissões no projecto inicial, que deram origem a quantidades de trabalho superior às contratadas, nomeadamente no que respeita à drenagem pluvial e isolamento térmico. Houve necessidade de fazer a reformulação de parte do projecto inicial nomeadamente ao nível estrutural, cobertura e electricidade, obrigando à execução de trabalhos a mais. Nestes termos **proponho** que V. Ex<sup>as</sup>. aprovem:-----





DESCRIÇÃO	Totais
VALOR DOS TRABALHOS A MAIS	3.393.479\$00

*Todos os trabalhos a mais constantes desta proposta, com a firma BETACIL – Construção, Lda., por um montante de Esc: 3.393.479\$00+IVA à taxa legal em vigor. A celebração de contrato escrito com a mesma firma, nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta).*-----

**Deliberação:** *Aprovada por unanimidade.*-----

**3 – PROPOSTA N.º 3861/01 – ADJUDICAÇÃO E NOMEAÇÃO DO FISCAL DA EMPREITADA “PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO CEMITÉRIO EM SARILHOS GRANDES” – PROCESSO F-71/00** – No dia 13 de Novembro de 2000, realizou-se o acto público para adjudicação da empreitada de “Pavimentação da Rua do Cemitério em Sarilhos Grandes”, tendo concorrido seis empresas constantes da acta apensa ao processo da empreitada. Tendo em conta a Acta n.º 4 da Comissão de Análise de Propostas reunida no dia 23 de Março de 2001, foram presentes para análise as propostas dos quatro concorrentes admitidos na fase de qualificação. Analisadas as referidas propostas, a Comissão elaborou um Relatório Final, constante do Processo. Considerando: 1. Os fundamentos constantes do Relatório elaborado pela Comissão de Análise. 2. Estar esta obra prevista no Plano de Actividades da Câmara sob o Código Orçamental 05.01/09.04.01 e no Código do Plano 09.01.02.06. **Proponho:** a) A adjudicação da empreitada “Pavimentação da Rua do Cemitério em Sarilhos Grandes” à firma XIX – Construção, Projecto e Gestão, Lda., no valor de 15.911.925\$00 (quinze milhões novecentos e onze mil novecentos e vinte e cinco escudos), mais IVA. b) A designação do Sr. Luis Batista, Técnico Profissional de Construção Civil desta Autarquia para fiscalizar a execução dos trabalhos nos termos do artigo 178.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março o qual será substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo Sr. João Pinto, Técnico Profissional de Construção Civil desta Autarquia. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta).-----

**Deliberação:** *Aprovada por unanimidade.*-----

**4 – PROPOSTA N.º 3862/01 – ABERTURA DE CONCURSO LIMITADO SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO, APROVAÇÃO DO PROJECTO, CADERNO DE ENCARGOS E DO PROGRAMA DE CONCURSO DA EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DE POLIDESPORTIVO EM PEGÕES CRUZAMENTO” – PROCESSO F-34/01** - Considerando: Que o projecto foi elaborado por técnicos da Autarquia; A necessidade de melhorar as condições para a prática desportiva; A inexistência de equipamento desta natureza em condições de uso e acessibilidade aceitáveis; Que a obra se enquadra nas Acções do Plano de Actividades do corrente ano sob o Código Orçamental 06.01/09.04.05 e o Código do



Plano 02.02.01.02; O valor base para concurso estimado em 24.500.000\$00 (vinte e quatro milhões e quinhentos mil escudos), com exclusão do I.V.A.

**Proponho:** 1 - A abertura de Concurso Limitado sem publicação de anúncio para a empreitada de "Construção de Polidesportivo em Pegões Cruzamento", nos termos do nº. 3, do artigo 47º. do Decreto-Lei nº. 59/99, de 2 de Março. 2 - A aprovação do projecto, do caderno de encargos e do programa de concurso da empreitada referida em epígrafe. 3 - Que sejam convidadas para apresentarem propostas as seguintes empresas: António Torres Dias; Betacil - Construções, Lda.; Fircopul - Construção Civil e Obras Públicas, Lda.; Lourenço Simões e Reis, Lda.; Motafrá - Construções Cíveis e Obras Públicas, Lda. e Regularte - Soc. C.C.O.P. e Comércio de Materiais de Construção. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

5 - PROPOSTA Nº. 3863/01 - ABERTURA DE CONCURSO LIMITADO SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO, APROVAÇÃO DO PROJECTO, CADERNO DE ENCARGOS E DO PROGRAMA DE CONCURSO DA "EMPREITADA DE TRABALHOS DIVERSOS/2001" - PROCESSO F-41/01 - Considerando: A necessidade de proceder à conservação corrente dos pavimentos, limpeza e desobstrução de valetas e valas, conservação e desobstrução de aquedutos; A falta de recursos humanos e equipamento mecânico para zelar pela execução. Que a obra se enquadra nas Acções do Plano de Actividades do corrente ano sob o Código Orçamental 05.01/09.04.01 e o Código do Plano 09.01.01.02; O valor base para concurso estimado em 24.900.000\$00 (vinte e quatro milhões noventa mil escudos), com exclusão do I.V.A. **Proponho:** A abertura de Concurso Limitado sem publicação de anúncio para a empreitada de "Empreitada de trabalhos diversos/2001", nos termos do nº. 3, do artigo 47º. do Decreto-Lei nº. 59/99, de 2 de Março. A aprovação do projecto, do caderno de encargos e do programa de concurso da empreitada referida em epígrafe. Que sejam convidadas para apresentarem propostas as seguintes empresas: PAVIA - Pavimentos e Vias, S.A.; BRITOBRA - Fornecimentos e Obras Públicas, Lda.; ACORIL - Empreiteiros, S.A.; Soc. Industrial de Empreitadas, Construções Valente, Lda.; CALCETAL - Pavimentos, Lda.; José Marques Gomes Galo, Lda.; ECOVIAS - Empresa de Conservação de Vias, S.A. e Teodoro Gomes Alho & Filhos, Lda. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta).-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

Todas as deliberações tomadas foram aprovadas em minuta nos termos e para os efeitos previstos nos números 3 e 4 do artigo 27º. do Código do Procedimento Administrativo. E não havendo mais nada a tratar foi pela Senhora Presidente encerrada a reunião eram vinte e três horas e trinta minutos da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----



E eu,

*Luiz Fernando*

*Assistente Administrativa Principal do  
Departamento Administrativo e Financeiro a mandei escrever, subscrevo e  
assino.*-----

*A Presidente da Câmara*

*Maria Amélia Antunes*

*Maria Amélia Antunes*